

GT INICIA DISCUSSÃO SOBRE ASSÉDIO MORAL NOS BANCOS.

Fruto da Campanha Nacional deste ano, o Comando Nacional dos Bancários e a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) instalaram no dia 16/11, o Grupo de Trabalho (GT) para prevenção coletiva de conflitos no ambiente de trabalho, que vai discutir, entre outros temas, a prevenção do assédio moral nas instituições financeiras. A criação do GT foi uma das conquistas, prevista na cláusula 53 da Convenção Coletiva.

A Contraf-CUT e a Fenaban também fecharam um acordo sobre o tamanho do Grupo de Trabalho. Ele será composto por dez representantes dos trabalhadores e outros dez dos banqueiros, incluindo as assessorias técnicas.

O assédio moral passou a se intensificar na categoria, a partir do momento que os bancos adotaram em toda a sua estrutura hierárquica a estratégia de cobrança de metas para venda de produtos.

“Defendemos a criação de uma metodologia que seja capaz de detectar a prática do assédio moral no local de trabalho e a partir daí cobrar uma mudança na política de gestão dos bancos. O assédio moral não é um problema isolado, que atinge o bancário individualmente, mas que é imposto sobre todos os trabalhadores do setor. Já fizemos diversas campanhas e ações políticas para denunciar esta prática, incluindo até mesmo paralisação na agência da Nossa Caixa em Barretos que resultou na transferência do Gerente”, comenta o presidente do Sindicato Marco Antônio Pereira”.

A categoria bancária é a primeira a incluir em seu acordo coletivo de trabalho o combate ao assédio moral. “A instalação desse Grupo de Trabalho é mais um passo para excluir essa prática da realidade dos bancários. A mesma prioridade que damos às reivindicações de reajuste salarial e de aumento na Participação nos Lucros e Resultados é a mesma para exigir condições dignas de trabalho” afirmou Marco.

“Agora esperamos finalmente avançar neste problema do assédio moral, que foi um dos principais eixos da Campanha Nacional dos Bancários. Este GT é uma conquista muito grande porque é a primeira vez que os banqueiros aceitaram discutir esses assuntos. Só o assédio moral atinge hoje mais de 32 mil bancários”, explica Marco.

Na negociação ocorrida no dia 8/12, o grupo de trabalho que

debate conflitos no ambiente de trabalho apresentou a Fenaban, os pontos que considera crucial para a criação de um programa de treinamento para combater o problema. Os bancários deixaram claro que é preciso listar todas as situações de conflito: assédio moral, assédio sexual, gestão inadequada, injuriosa, qualquer tipo de discriminação ou outro tipo de comportamento inadequado. Também salientaram a importância de que o programa avance no sentido de mudanças não só no comportamento individual dos gestores mas na organização do trabalho.

Entre a proposta apresentada pela Fenaban e pelo Comando Nacional dos Bancários há pontos que guardam semelhança. A criação de um programa de informação e educação continuada elaborado e acompanhado por ambas as partes. Uma espécie de “manual de condutas” deverá definir a atribuição de tarefas de forma a combater o constrangimento e a intimidação e estabelecer melhores práticas na relação de trabalho, com combate da discriminação, ao assédio sexual e outros comportamentos inadequados. O projeto também deve prever mecanismos que garantam a possibilidade de denúncia com a preservação da identidade do denunciante e as providências que devem ser adotadas a partir dessa reclamação.

Calendário – Ficou acertado para

a primeira semana de fevereiro um novo encontro do grupo de trabalho. Até lá, bancários e representantes dos bancos deverão criar sua proposta para o programa de combate aos conflitos no ambiente de trabalho. As propostas serão avaliadas e confrontadas nessa nova reunião. “Estamos avançando e precisamos fazer isso com todo cuidado para criarmos um programa eficiente que consiga banir dos locais de trabalho o assédio moral e outras formas de constrangimento”, considera Marco.

O Sindicato vem trabalhando há um bom tempo sobre esta questão, principalmente destacando matérias importantes nas edições do Jornal do Bancário, e continuará mantendo a campanha de denúncia sobre assédio moral no local de trabalho.

“A participação da categoria, seja denunciando ou apresentando sugestões, é fundamental para que possamos mudar essa realidade. As informações servirão de base para o nosso trabalho e poderão ser apresentadas na mesa de negociação”, finaliza o presidente do Sindicato Marco Antônio Pereira.



Assédio moral não é problema isolado e precisa ser combatido

Banco Itaú

ITAÚ NÃO AVANÇA NA PCR E CONTINUA SEM VALORIZAR OS FUNCIONÁRIOS

Diante da inércia do banco, os trabalhadores apresentaram mais uma proposta. Nova rodada de negociação está marcada para dia 14 de dezembro

Na negociação realizada no dia 7/12 com a Contraf-CUT, o banco Itaú não deu respostas para nenhuma reivindicação. A PCR, principal item em discussão, continua sem solução, numa clara demonstração de que o banco não valoriza seus funcionários.

A principal questão debatida na negociação foi a PCR (Participação Complementar nos Resultados). Após meses de discussão, o Itaú afirmou que ainda não tem uma proposta para apresentar.

Já que eles não apresentam uma definição sobre o tema, a Contraf-CUT entregou uma nova

proposta ao banco. A reivindicação é pelo pagamento de R\$ 1.500 de PCR, pagos no dia 22 de dezembro de forma linear para todos. Esse valor não é para ser descontado dos programas próprios e nem para se levar em conta os cinco indicadores que o banco impôs para o pagamento da PCR.

Desde que o Itaú interrompeu as negociações sobre a PCR e definiu seus valores de forma unilateral e arbitrária, os sindicatos vêm tentando retomar as discussões sobre o tema. “É inacreditável que o Itaú crie tantas dificuldades para melhorar a PCR. Um banco que soma mais de R\$ 201 bilhões em ativos não pode deixar de valorizar seus funcionários, pois tem plenas condições de melhorar esse benefício, cujo impacto será irrisório nas contas do Banco. O mo-

vimento sindical cutista vai insistir na melhoria dessa participação complementar”, afirma Marco, presidente do sindicato e membro da Comissão de organização dos funcionários.

Além da Participação Complementar nos Resultados, também integram a pauta de reivindicações específicas dos bancários do Itaú o Programa AGIR (com ênfase nas condições de trabalho, cobrança de metas abusivas, adoecimento dos funcionários e política de remuneração do Programa), Plano de Saúde, Previdência Complementar, Auxílio-educação, enquadramento sindical dos trabalhadores da holding, realinhamento salarial, contratações e 14º salário.

Nova rodada de negociações ficou marcada para a próxima quinta-feira, dia 14.

Banco HSBC

BANCO NEGA CESTA DE NATAL PARA TODOS



Dirigentes sindicais em negociação com direção do HSBC.

HSBC gasta R\$ 700 mil com Emilson

Alonso e diz não à cesta de Natal.

O HSBC se nega a pagar cesta de Natal (VR e VA) para os seus funcionários, mas não mede esforços para gastar dinheiro com a reforma da sala da presidência, no Edifício Tower. Já está orçado e aprovado o gasto de R\$ 700 mil para dar ares novos ao gabinete de Emilson Alonso. Só com a nova cadeira do presidente serão despendidos R\$ 5 mil.

“A direção do HSBC se limita a dizer que não faz parte da política do banco oferecer ao funci-

onário a cesta de Natal. O banco responde com negativas às reivindicações dos bancários. Mas quando se trata das demandas dos diretores e do presidente, são extremamente generosos”, disse a diretora do Sindicato Solange Gomes.

No dia 28 de novembro, representantes dos sindicatos e a Contraf-CUT, reuniram-se com a direção do banco para discutir questões específicas, entre elas a cesta Natal. O banco disse não por meio de carta a todas as reivindicações dos trabalhadores.

Banco ABN/REAL

CONTRAF-CUT PRESSIONA E ABN/REAL MARCA NEGOCIAÇÃO

Depois da pressão da Contraf-CUT, o ABN/Real aceitou retomar as negociações permanentes com os bancários, interrompidas desde o final de junho por causa da Campanha Nacional. A primeira rodada de negociações está marcada para o dia 20 de dezembro, às 14h, conforme reivindicado pelos trabalhadores.

Há várias pendências para resolver e entre as principais reivindicações está a solução para o fim das distorções salariais, com um realinhamento para os sub-gerentes, gerentes de relacionamento, mais contratação de bancári-

os, fim da terceirização, cartão de ponto para os gerentes, respeito à jornada de trabalho de 6 horas e discussão sobre política de estágio no banco, Fim do Projeto 2 por 1 e reavaliação do Projeto ARTE que ainda provoca demissões e violência institucional nas agências, decorrente das pressões para o cumprimento de metas e vendas de produtos, fim das distorções salariais.

Outros Pontos:

Saúde e Condições de Trabalho: Definir políticas de prevenção e reabilitação e isonomia para

os trabalhadores afastados. Também serão discutidas políticas para prevenção e eliminação do assédio moral.

Convênio Médico: Acesso ao Contrato entre banco, trabalhadores e a operadora - Bradesco Saúde. Participação dos bancários na gestão do plano de saúde e odontológico, bem como, estudo para viabilizar a inclusão do pai e mãe dos funcionários, nos planos.

Fundos de Pensão: participação na gestão do Holandaprev e restabelecimento urgente do diálogo e das negociações sobre a Bandeprev.

Banco Bradesco

PROPOSTA DE PLR ALÉM DA CCT FOI APRESENTADA AO BANCO



Reunião com o Bradesco: pauta de negociações

Representantes dos Sindicatos e a ContraF-CUT se reuniram no dia 11/12, com a dire-

ção do Bradesco para discutir questões específicas dos funcionários da instituição. Também Foi estabelecido um calendário de reuniões.

Nestas negociações, os bancários estão propondo um pagamento adicional para PLR (Participação nos Lucros e Resultados), para que seja combinada com a assinada na convenção coletiva.

A PLR já conquistada é um patamar mínimo. Há uma expectativa muito grande dos funcionários para que se pague algo a mais, além da CCT. Até porque, já foi negociado essa questão com vários bancos, analisando sem-

pre a realidade de cada um. E a do Bradesco mostra que isso é possível. Comenta a diretora do Sindicato e funcionária do Bradesco, Sady.

Sobre essa negociação acima da CCT, a dirigente lembra que esse pagamento já é feito em vários bancos, como por exemplo o HSBC, ABN Real, Itaú, BV Financeira, entre outros.

Segundo ela, o tema PLR será negociado até a exaustão, e só depois, um novo item entrará na pauta. "Há várias questões fundamentais para se discutir, como por exemplo, a inclusão dos pais no plano de saúde." "Todos os temas serão debatidos detalhadamente", informa Sady.

Banco Nossa Caixa

NEGOCIAÇÃO NÃO AVANÇA NA NOSSA CAIXA

No dia 23/11, representantes do movimento sindicais se reuniram com a direção da Nossa Caixa para tratar de assuntos pendentes. A negociação, no entanto, não trouxe avanços. O banco se limitou a informar a intenção de implementar uma campanha de esclarecimento sobre assédio moral.

No que diz respeito ao Banco de Horas, informou que pretende pagar o acumulado em horas extras até o fim do ano. A estimativa é de que mais de 90% dos funcionários possuam menos de 50 horas a receber.

Com relação ao Valor adicional à PLR A direção da Nossa Caixa insiste que as projeções de lucro para o último trimestre de 2006 não seriam suficientes para superar os resultados do ano passado de forma a atingir a regra de pagar entre R\$ 1000 e R\$ 1500 aos funcionários, conforme

previsto no acordo da Fenaban com a categoria.

Além do Banco não querer discutir essa reivindicação, se nega a discutir as demais alegando que tais assuntos - correção da gratificação variável, equiparação de direitos dos funcionários contratados após 2000 e assistência odontológica dentre outros - devem ser tratados com a nova direção, indicada pelo governador eleito, José Serra (PSDB) para assumir a instituição no início de 2007, Isto é, está tentando transferir suas responsabilidades para a próxima gestão.

Para o secretário de Bancos Estaduais da FETEC/CUT-SP, Elias Maalouf, que participou da negociação, os problemas na Nossa Caixa tendem a se avolumar. "A indicação para se realizar uma campanha sobre assédio moral restando apenas um mês para o término do mandato denota

que esta discussão não é séria, haja vista que uma tarefa dessa natureza requer tempo para elaboração e para o desenvolvimento".

O diretor do Sindicato e funcionário da Nossa Caixa, Carlos Orphan, aponta problemas decorrentes da transferência dos pagamentos do funcionalismo público do Santander Banespa para a Nossa Caixa, cuja conclusão está prevista para janeiro/2007. Cerca de 250 mil funcionários públicos estaduais não abriram suas contas na Nossa Caixa o que deve agravar mais ainda o caos que se prevê para janeiro, demandando dos sindicatos ampla mobilização por melhores condições de trabalho. Condições essas que tendem a piorar com a abertura de 15 novas agências até o fim do ano, cujo processo enfrenta dificuldades frente à necessidade de se realizar licitações para reforma dos prédios.

Segurança Bancária

CONTRAF-CUT NEGOCIA SEGURANÇA BANCÁRIA COM A FENABAN

Conquista da Campanha Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro, a mesa de negociações específicas sobre segurança bancária será instalada ainda este mês.

A segurança bancária foi um dos eixos da Campanha Nacional deste ano. O crescente número de assaltos às agências, os seqüestros de funcionários e as mortes que têm ocorrido nos bancos se transformaram numa das principais preocupações

da categoria.

"Queremos que os bancos assumam sua responsabilidade na segurança a bancários e clientes em suas dependências. Que valorizem mais a vida que o dinheiro em seus cofres. Que adotem os planos de segurança, em lugar de preferir pagar multas por não adotar as medidas necessárias. Que parem de culpar a insegurança vivida na sociedade e usem parte de seus lucros recor-

des no investimento de segurança" comenta Waldir Recco, diretor do Sindicato e funcionário do Bradesco.

Segundo ele, no período de uma semana, durante o mês de outubro, duas agências do Bradesco da base do sindicato foram assaltadas, colocando em risco a vida de funcionários e clientes. "Esperamos seriedade nas negociações para resolver este problema" conclui Waldir.

CONGRESSO DA FETEC SP FOI MARCADO PELO ESPÍRITO DE LUTA DA CUT.

Ocorreu nos dias 23, 24 e 25 de novembro, em Nazaré Paulista SP, o 7º Congresso Estadual da Fetec-CUT/SP. Fundada em 1989, a Federação Estadual dos Trabalhadores das Empresas de Crédito reúne hoje 15 sindicatos com mais de 130 mil bancários.

“A Fetec São Paulo nasceu em meio à efervescência política que o Brasil vivia em 1989, com a volta das eleições diretas para a Presidência da República. A Federação dos Bancários foi criada neste contexto, que também marcava no Brasil o início do neoliberalismo. Foi nesta época que a CUT encampava uma de suas principais batalhas para garantir os direitos dos trabalhadores naquele início de reestruturação produtiva.

Logo no primeiro ano, a Fetec São Paulo viveu momentos históricos para a categoria bancária. Em 1990, o Sindicato de São Paulo, Osasco e Região – maior filiado da Federação – passava por uma eleição marcante, com a disputa entre duas chapas cutistas. Neste

ano, os bancários conquistavam o afastamento da Justiça do Trabalho nas negociações com os ban-



Abertura do Congresso

cos privados, a manutenção da unificação dos pisos e a formação de comissões de segurança bancária. Dois anos depois, nasce a Confederação Nacional dos Bancários da CUT.

Para o presidente da Fetec, Sebastião Geraldo Cardozo, o Tião, a estrutura sindical vigente naquela época era incapaz de dar conta das necessidades dos bancários do Estado de São Paulo. “Deste modo, um pequeno grupo de sindicalistas teve a ousadia de articular a criação de uma nova Federação, no âmbito da estrutura cutista. A criação de uma nova entidade sindical bancária, rompendo com a estrutura vigente, teve papel decisivo para a condução de novos rumos no país. A aglutinação dos bancários no Estado de São Paulo foi determinante para a estruturação da CUT e para a organização da categoria em nível nacional”, diz.

O Congresso

O Congresso da Fetec é o fórum máximo da entidade. Os debates foram centrados na discussão da organização dos trabalhadores por Ramo Financeiro, no combate à terceirização, saúde e condições de trabalho, na composição da remuneração do bancário e na relação da Fetec São Paulo com a sociedade.

FETEC SP APROVA PLANO DE AÇÃO 2006/2009



De acordo com os debates, um dos principais desafios que estarão colocados para a FETEC SP no período será a organização, a representação e a contratação dos trabalhadores do ramo financeiro, dentre os quais estão inseridos os empregados de financeiras, cooperativas de crédito, de mercados de capitais e terceirizadas, além de categorias diferenciadas vinculados a seguros, cartões de crédito, planos de saúde, leasing, bem como os correspondentes bancários que hoje atuam em casas lotéricas, correios e comércio em geral recebendo pagamentos de contas e prestan-

do serviços anteriormente realizados em agências bancárias.

Alguns passos para estender a contratação para além dos bancários, financeiros e trabalhadores em cooperativas de crédito já foram dados, como as recentes contratações de setores do HSBC, Consumer e Auto Finance.

O congresso também avaliou positivamente a organização da campanha nacional unificada, conferindo à categoria o status de primeira no país a firmar um instrumento válido para todos os bancários do país.

Outro avanço obtido por meio da campanha unificada foi a retomada das mesas específicas de negociação com a Fenaban – saúde e segurança bancária -, além da instalação do grupo de trabalho para debater formas de minimizar a violência no trabalho, dentre as quais a prática do assédio moral.

A defesa da saúde também segue nas prioridades da nova gestão. Deste modo, a FETEC SP marcará presença assídua nas negociações das mesas temáticas. O acirramento dos agravos à

saúde do trabalhador fez com que os sindicatos se envolvessem mais com a questão, fazendo com que as reivindicações relativas a condições de trabalho passassem a caminhar juntas com as salariais.

Paralelamente a essas prioridades, a FETEC SP também seguirá com ações contra a privatização da Nossa Caixa, cuja luta no último período inviabilizou a venda de subsidiárias de prestação de serviços do banco paulista. Também deverão ser retomados os debates sobre a reforma sindical, o papel do Banco Central, a democratização dos meios de comunicação, além de maior atenção à juventude bancária.

Como reflexão para o próximo período ficou a remuneração do trabalhador bancário numa conjuntura de baixa inflação e com maior peso para a Participação nos Lucros e Resultados e remuneração variável, além da proposta aventada pelos banqueiros de formalização de acordos renováveis a cada dois anos para questões econômicas e negociação permanente para as demais cláusulas.

7º CONGRESSO DA FETEC SP PRIORIZA DEFESA DA SAÚDE E CONSTRUÇÃO DO RAMO

Será prioridade para o próximo período, as lutas em defesa da saúde e a representação do Ramo Financeiro.

Esses foram os temas reiterados pelas liberações sindicais presentes na mesa de abertura do congresso.

O presidente do Sindicato Marco Antônio Pereira que fez parte da abertura dos trabalhos, destacou a importância da FETEC SP na condução das atuações no estado de SP.

O secretário geral da Confederação dos Trabalhadores do Ramo Financeiro, Carlos Cordeiro, parabenizou a ousadia da FETEC SP na sua participação na criação da CONTRAF/CUT no início deste ano. “O apoio da federação cutista foi determinante para criarmos a nova entidade, cuja missão é estender a representação sindical para os cerca de 1 milhão de trabalhadores que atualmente estão envolvidos com as diversas atividades do ramo financeiro”.

O presidente da CUT/SP, Edilson de Paula, reforçou o papel da federação cutista nos embates



Diretores do Sindicato no Congresso

que deverão surgir ao longo dos próximos quatro anos, e a necessidade de as entidades sindicais se prepararem para fazer o debate em defesa dos salários e dos direitos dos trabalhadores frente a uma conjuntura nacional com baixa inflação.

Às atuais lutas sindicais, a presidente da Associação dos Aposentados do Estado de SP, Glória Abdo, acrescentou a necessidade de priorizar a defesa das mulheres e dos aposentados.

Glória Abdo fez um relato histórico das lutas das mulheres, desde as dificuldades de inserção no mercado de trabalho e no movimento sindical há algumas décadas até a atual evolução, com pressões por igualdade de oportunidades.

O deputado estadual eleito no último mês de novembro, Cido Sérico, também presente na mesa de abertura do congresso, reconheceu o papel desempenhado pela FETEC SP até o momento, mas lembrou que ainda há muito por vir. “Muito foi feito nesses 17 anos, mas todos precisam ter em mente que o trabalho não acaba aqui. Precisamos ficar atentos para continuarmos trabalhando conforme os anseios dos trabalhadores e da sociedade em geral”.

7º CONGRESSO ELEGE NOVA DIREÇÃO DA FETEC SP

Com a presença de 208 delegados, o 7º Congresso da FETEC/CUT-SP, elegeu a nova direção da entidade para os próximos três anos.

Apenas uma chapa, encabeçada pelo então presidente da federação cutista, Sebastião Geraldo Cardozo, concorreu à eleição, sendo aprovada por unanimidade.

Na avaliação dos presentes no congresso, a construção da chapa unitária demonstrou maturidade das delegações, no sentido de buscar a composição mais adequada para melhor conduzir a atuação da FETEC SP com vistas a avançar nas prioridades do próximo período, dentre as quais a construção do ramo financeiro, a defesa da saúde e a manutenção da campanha nacional unificada como instrumento de fortalecimento dos trabalhadores.

Sebastião Geraldo Cardozo agradeceu a confiança depositada pelos sindicatos filiados à FETEC SP, ao o reelegerem à presidência da en-

tidade. Avaliou positivamente os debates do congresso, reafirmando-os como compromisso de gestão. “Elaboramos uma plataforma de trabalho bastante rica, o que vai exigir um grande esforço dessa nova direção. O importante é que saímos desse congresso sabendo para onde devemos caminhar nos próximos três anos, tendo sempre como prioridade o diálogo entre os atores envolvi-

dos e o respeito às especificidades de cada sindicato”.

Sabendo que o trabalho será árduo, explica o dirigente, o congresso aprovou mudanças na estrutura da entidade, com o intuito de favorecer as atuações. “Até este congresso, a estrutura das regionais era idêntica à da Executiva. Essa formatação já cumpriu o seu papel. Só que agora a estruturação estadual precisa ser melhorada para dar conta a uma nova conjuntura. Por isso, aprovamos mudanças estatutárias, de forma a possibilitar que os dirigentes tenha participação efetiva nas tarefas diárias da FETEC SP e nos assuntos, não só de âmbito estadual, mas também nacional, complementa Cardozo.

O Sindicato dos bancários de Barretos e Região, Continuará fazendo parte da Direção Estadual da FETEC-SP através da companheira Maria Isabel da Silva do Banco Santander Banespa ocupando a pasta da Secretaria de Políticas Sociais



CERCA DE 20 MIL PARTICIPARAM DA 3ª MARCHA



Participantes da marcha "tomaram" Brasília

Trabalhadores que tomaram as ruas de Brasília lutam por um Brasil mais digno, por distribuição de renda e pelo crescimento da economia.

Os bancários marcaram presença em Brasília no dia 6/12, entre os cerca de 20 mil trabalhadores reunidos na 3ª Marcha Nacional pela Valorização do Salário Mínimo e Correção da Tabela do Imposto de Renda. Os trabalhadores querem o aumento do salário mínimo para R\$ 420 e uma política permanente para a recuperação do

piso salarial brasileiro no longo prazo. Além disso, o reajuste de 7,7% na tabela do imposto de renda e a alteração de sua estrutura.

”Valorizar o salário mínimo e tornar mais justa a cobrança do IR são questões de cidadania”, avalia o presidente do Sindicato, Marco Antônio Pereira. Desde 2003, o aumento do salário mínimo foi de 75%. Já a correção da tabela foi de 18,80%; faltam os 7,77% para zerar a inflação do período (IPCA acumulado de 28,03% entre 2003 e 2006). “É isso que os bancários estão buscando, o que só foi possível no governo Lula, já que antes os trabalhadores nem eram recebidos.

Resultado – A valorização do salário mínimo representa muito para a sociedade brasileira. Trata-se de distribuição de renda, de fato. De acordo com dados do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), 43,7 milhões de pessoas têm rendimento referenciado pelo mínimo. Caso o reajuste chegue aos R\$ 420 reivindicados pelos trabalhadores, a economia brasileira receberá um incremen-

to de R\$ 39,1 bilhões. A arrecadação de tributos – que deve financiar os serviços públicos oferecidos à população – também crescerá na ordem de R\$ 9,6 bilhões. “Ao contrário do que muitos afirmam, elevar o salário mínimo e corrigir a tabela do IR não significa gastar mais. É um círculo virtuoso: há retorno para o governo em forma de tributos e se há mais dinheiro girando na economia, há mais emprego e novamente mais arrecadação”, destaca o presidente do Sindicato.

Para o IR, além dos 7,77% para recuperar a inflação do período, os trabalhadores querem uma nova estrutura de tributação, mais justa, que cobre mais de quem ganha mais. Essa estrutura prevê uma tabela com novas faixas de rendimento. Além dos isentos – salários até R\$ 1.354,80, com a correção –, haveriam alíquotas de 10%, 20%, 25% e 27,5%.

”Temos um longo caminho pela frente até que o mínimo represente realmente o salário que possibilite a uma família que sobreviva com dignidade.” finaliza Marco.

Saúde

FENABAN APRESENTA CONTRAPROPOSTAS PARA A CONTRAF-CUT

Depois de três rodadas de negociações, a Fenaban apresentou no dia 4/12, uma contraproposta para as reivindicações de saúde dos bancários. Em reunião com a Contraf-CUT, os banqueiros detalharam um projeto de programa de reabilitação.

A contraproposta da Fenaban é muito semelhante à da Contraf-Cut, e tem muitos pontos iguais ao Programa de Reabilitação Ocupacional (PRO). Os banqueiros insistem em chamá-lo de Programa de Readaptação, mas ainda há alguns detalhes que não são consensuais e que ainda estarão sendo discutidos.

Entre as reivindicações dos bancários atendidas pela Fenaban em sua contraproposta está a aplicação do programa somente para quem estiver retornando do afastamento por problemas de saúde. Para os bancários da ativa, o programa terá o caráter preventivo.

Os banqueiros também concordaram em criar uma equipe multiprofissional para avaliar os bancários afastados. Na contraproposta, a Fenaban atende as nossas reivindicações, pois os

trabalhadores não voltariam automaticamente para a mesma função e no mesmo local que o adoeceu. A equipe multiprofissional analisaria cada caso e recolocaria o funcionário num ambiente e com funções compatíveis com o seu estado de saúde. Enquanto o bancário não volta ao trabalho, ficaria garantido o pagamento do salário e de todos os direitos. Ainda não está definido um prazo limite para esta situação.

A Contraf-CUT vai analisar detalhadamente a contraproposta da Fenaban, enquanto os banqueiros avaliam as observações feitas pelos representantes dos bancários durante a negociação. Nova reunião ficou pré-agendada para o início de fevereiro.

Isonomia

A isonomia de direitos e salários entre os bancários da ativa e os trabalhadores afastados com doença ocupacional continua com alguns impasses. Mas a Fenaban sinalizou que está disposta a avançar nesta reivindicação.

“O problema é que os banqueiros querem controlar as condições de saúde do trabalha-

dor enquanto ele estiver afastado. Não vamos aceitar interferência dos patrões nas avaliações. Propusemos uma forma de acompanhamento, com a criação de um questionário para o bancário responder e remetê-lo com os exames para o médico do trabalho contratado pelo banco. Ele analisa e, se achar que o bancário está apto ao trabalho, a junta médica prevista na cláusula 26 da CCT é acionada para dar o seu parecer. Caso o médico entenda que a incapacidade continua, ele emite um laudo que será arquivado sob sigilo pelo banco, com cópia para o trabalhador”, comentou Plínio, secretário de Saúde da Contraf-CUT-SP.

A Fenaban, no entanto, achou que o acompanhamento proposto pelos bancários ainda é pequeno e não aceitaram. “Eles alegam que, se vão ceder a isonomia de direitos, precisam de um poder maior de interferência. A questão ainda vai ser debatida com mais ênfase para superarmos as divergências e fecharmos um acordo”, finalizou Plínio.

Código de defesa do Consumidor

NOVAS REGRAS FACILITAM CUMPRIMENTO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Principais mudanças dizem respeito à identificação dos preços

A partir de 20 dezembro, donos de supermercados, lojas, restaurantes e outros estabelecimentos comerciais deverão ficar atentos para as novas medidas para melhorar a vida do consumidor na hora das compras. As novas regras fazem parte de um decreto do governo federal, que tem como objetivo facilitar o cumprimento do Código de Defesa do Consumidor.

As principais mudanças dizem respeito à identificação dos preços, que devem estar em lugar visível. Os comerciantes podem optar por três formas de marcar os preços: etiquetas fixas nas embalagens, código de barras e código referencial.

Caso faça a opção pelo código de barras, o comerciante deverá fixar etiquetas no produto com informações como preço, característi-

cas e código. Também será obrigatória a instalação das máquinas para verificação de preços, que devem estar a uma distância máxima de 15 metros de qualquer produto.

No caso de compras a prazo, as lojas devem informar os valores do preço à vista, a prazo, a taxa de juros e o número de parcelas. Bares e restaurantes também terão que fixar tabelas de preços na parte externa dos estabelecimentos.

O decreto regulamenta um dos artigos mais importantes do Código de Defesa do Consumidor, que é referente ao direito da informação. Ele vai garantir aos consumidores informações claras e corretas.

As medidas são válidas para estabelecimentos comerciais em todo o país e entram em vigor em 20 de dezembro. Quem não cumprir as normas estará sujeito a multas que variam de R\$ 200 e R\$ 3 milhões.

Banco do Brasil - CCP

Bancários do BB ratificam assinatura da CCP. Assembléia aconteceu no dia 03/11 na sede do Sindicato

Os bancários do Banco do Brasil, ratificaram em assembléia, ocorrida no dia 03 de novembro, a assinatura do acordo para a instalação da CCP (Comissão de Conciliação Prévia).

A CCP é um instrumento jurídico legal que possibilita ao trabalhador recorrer para tentar superar pendências trabalhistas antes de ingressar com ação na Justiça do Trabalho. Ou seja, após a homologação ou aposentadoria, caso o funcionário do BB tenha reclamações sobre horas-extras, por exemplo, ele irá recorrer à comissão para tentar resolver a questão.

Outras questões que podem ser resolvidas, além das horas-extras, são a equiparação salarial, 7ª e 8ª horas, desvios de função, entre outros.

Nesta comissão, os aposentados ou ex-bancários poderão incluir suas reivindicações e chegar a um acordo em um ou mais itens. Para as questões não acordadas ou não discutidas, permanece a opção da Justiça do Trabalho.

Esse novo acordo corrige um erro histórico, desde a CCP da Contec. Antes, o bancário abria mão de direitos, recebendo valores muito menores, muitas vezes, por necessitar de dinheiro urgente.

Febraban

Fábio Barbosa assume o comando da Febraban

O presidente do ABN vai substituir Márcio Cypriano, do Bradesco.

A partir de março de 2007, a Febraban (Federação Brasileira de Bancos) terá um novo presidente. Fábio Barbosa, presidente do ABN Amro Real vai substituir Márcio Cypriano, dono do Bradesco.

Atualmente Fábio Barbosa é o vice-presidente da instituição e vai quebrar um clipe de rodízio entre o Itaú (Roberto Setúbal), Unibanco (Gabriel Jorge Ferreira) e Bradesco no comando da instituição.

Classificados dos Bancários

Vende-se um Escort SW modelo 99, azul, completo, motor 1.8, gasolina, segundo dono. Tratar com Piteli – telefone (17) 3343-3454.

Convênios



Vantagens para você!

MATRÍCULAS ABERTAS
QUEM FAZ CETEC

TEM UM PÉ NA FACULDADE

ENSINO MÉDIO
TÉCNICO INFORMÁTICA

DIURNO

CURSOS TÉCNICOS

NOTURNO

Normal (Magistério)
Segurança do Trabalho
Gestão c/ Ênfase Rodeio
Transações Imobiliárias
Enfermagem
Farmácia
Informática
Eletrônica
Química
Prótese Dentária
Higiene Dental

Em Breve

• Radiologia Diagnóstica por Imagem
• Especialização em Nível Médio em Enfermagem Oncológica



USE O CONVÊNIO COM ESTA EMPRESA



Tenha um Desconto de 20%

(17) 3321-6417

cetec@feb.br ou feb@feb.br

